

## Disparem contra os sindicatos

*A ofensiva conservadora e a «revolta de Wisconsin»*

A crise econômica americana é um terreno fértil para que os conservadores retomem com força suas velhas campanhas antissindicais, hoje lideradas por governadores republicanos e grandes cadeias de televisão, como a Fox News. Com o enfraquecimento dos sindicatos do setor privado e a divisão da emblemática AFL-CIO, os sindicatos de funcionários públicos se transformaram no novo objetivo da ofensiva *neoon*. Nesse contexto, a boa notícia é a mobilização social de Wisconsin contra a legislação promovida pelo governo estatal republicano. A má notícia é que essa resistência não foi suficiente para frear a medida.

**MARÍA GRACIELA ABARCA**

*Eles levaram incontáveis milhões, / sem que jamais trabalhassem para ganhar, /  
mas sem nosso cérebro e nossos músculos, / nem uma única roda poderia girar. /  
Podemos romper seu poder arrogante / e ganhar nossa liberdade /  
quando aprendermos / que o sindicato nos fará pujantes.*

«Solidarity Forever», Ralph Chaplin, 1915<sup>1</sup>

---

**María Graciela Abarca:** doutora em História pela Universidade de Massachusetts, Amherst. Atualmente, é professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade del Salvador. **Palavras-chave:** sindicalismo, recessão, Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO), «revolta de Wisconsin», Estados Unidos.

**Nota:** tradução de Eduardo Szklarz. A versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad* Nº 236, 11-12/2011, disponível em <[www.nuso.org/upload/articulos/3812\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3812_1.pdf)>.

1. Com traduções e versões em numerosos idiomas, esses versos são considerados o hino sindical mais popular depois de «A Internacional». Para acompanhar seu controverso texto, Ralph Chaplin escolheu a melodia de «John Brown's Body», uma canção tradicional americana sobre o abolicionista negro condenado à força, em 1859, por planejar uma rebelião de escravos em West Virginia.

Nos últimos 40 anos, a Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations, AFL-CIO) sofreu uma queda contínua no número de membros e um acentuado deterioro de sua capacidade de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. No início da década de 1960, um em cada quatro deles era sindicalizado; a proporção caiu para um em cada cinco depois da investida antissindical do presidente Ronald Reagan no começo dos anos 80. Atualmente, apenas 1 em cada 8 trabalhadores conta com a proteção de um sindicato. Durante o mesmo período, a composição do sindicalismo americano mudou radicalmente. Nos primeiros meses de 2011, o Escritório de Estatísticas do Trabalho (Bureau of Labor Statistics) informou que, pela primeira vez na história, o número de trabalhadores sindicalizados era maior no setor público que no setor privado. Somente um empregado de cada 15 é membro de um sindicato nesse último setor<sup>2</sup>. Se consideramos a totalidade da força de trabalho, aproximadamente 12% dela está sindicalizada, o que equivale a cerca de 19,4 milhões de trabalhadores<sup>3</sup>.

Desde 2008, a nova Grande Recessão tem causado um aumento alarmante do desemprego e um profundo deterioro do padrão de vida dos americanos. Até janeiro de 2011, e durante 21 meses seguidos, a taxa oficial de desemprego foi de 9%, o que equivale a 13,5 milhões de desempregados. A porcentagem caiu ligeiramente em fevereiro e março deste ano, simplesmente porque milhares de pessoas, desalentadas pela falta de oportunidades, deixaram de procurar trabalho e não foram registradas como desempregadas<sup>4</sup>. No entanto, essas não têm sido as únicas consequências da Grande Recessão: a lista de perdas inclui também os direitos básicos dos trabalhadores. Desde as eleições legislativas de 2010, o Partido Republicano, fazendo coro com a elite econômica e formadora de opinião, tem apontado os trabalhadores do setor público – professores, profissionais da saúde, policiais e bombeiros, entre outros – e seus sindicatos como os culpados pelo deterioro econômico dos estados.

Não há dúvidas de que a recessão afetou profundamente as finanças dos governos estaduais e municipais devido à queda na arrecadação, à diminuição da renda e do consumo e à perda do valor das propriedades. No entanto,

---

2. Hendrik Hertzberg: «Union Blues» em *The New Yorker* vol. 87 Nº 3, 7/3/2011, p. 11.

3. «Trends in Union Membership» em <[www.aflcio.org/joinaunion/why/uniondifference/uniondiff11.cfm](http://www.aflcio.org/joinaunion/why/uniondifference/uniondiff11.cfm)>.

4. Fred Magdoff: «The Jobs Disaster in the United States» em *Monthly Review*, 6/2011, p. 25.

embora seja evidente que os empregados públicos não são os responsáveis pelos problemas orçamentários, a acusação é que seus benefícios e salários supostamente vultosos estão prejudicando a recuperação econômica. A direita republicana não é a única a promover esse tipo de interpretação; os principais meios de comunicação em massa – o canal Fox News e publicações tais como *Time*, *Atlantic* e *The Economist*, para mencionar algumas – também sustentam essa visão. Segundo um artigo de capa da revista *Forbes* de 2009, que tem sido amplamente citado, «os empregados dos governos estaduais e locais ganham em média us\$ 25,30 por hora, ou 33% a mais que os us\$ 19 do setor privado (...) Se forem levadas em conta as pensões e outros benefícios, a diferença sobe para 42%»<sup>5</sup>. Na realidade, de acordo com John Schmitt, do Centro de Pesquisa Econômica e Política (Center for Economic Policy Research), quando os trabalhadores do setor público são comparados com os do setor privado

que têm a mesma idade e os mesmos níveis de educação, os empregados públicos ganham, em média, 4% menos que seus colegas do setor privado. É óbvio que os especialistas que ignoraram esses dados o fizeram de maneira deliberada<sup>6</sup>.

**Desde o começo de 2011,  
os sindicatos do setor público  
transformaram-se no alvo do  
ataque de todos aqueles  
decididos a limitar o alcance  
da negociação coletiva entre  
os sindicatos e as agências  
governamentais ■**

Desde o começo de 2011, os sindicatos do setor público, que representam mais de um terço dos 21 milhões de empregados dos governos dos EUA,

transformaram-se no alvo do ataque de todos aqueles decididos a limitar o alcance da negociação coletiva entre os sindicatos e as agências governamentais. Em 11 de fevereiro de 2011, Scott Walker, o novo governador republicano de Wisconsin, tomou uma decisão equivalente a uma declaração de guerra contra os trabalhadores do setor público. Em um estado historicamente progressista, Walker propôs a aprovação de uma lei – e combateu de forma aguerrida a favor dela – que virtualmente elimina a capacidade de negociação coletiva dos sindicatos do setor público, com exceção da polícia e dos bombeiros. Embora o desfecho não tenha sido o que esperavam os trabalhadores, decididamente houve uma «batalha» em Madison, a capital do estado.

---

5. Citado em Robert Pollin e Jeffrey Thompson: «The Betrayal of Public Workers» em *The Nation*, 7/3/2011, p. 21.

6. *Ibid.*

## ■ O movimento de Wisconsin

Durante mais de dois meses, a investida de Walker contra os sindicatos do setor público manteve mais de 100.000 empregados do governo estadual mobilizados: professores, estudantes e aliados de outros setores. A praça que rodeia o Capitólio de Madison se transformou no cenário de uma das maiores manifestações de apoio aos trabalhadores da história do Wisconsin. Muitos concordam com o jornalista John Nichols quando ele se refere ao «espírito de Wisconsin» e à maneira como as práticas antissindicais de Walker desartaram «um levante popular»<sup>7</sup>. O argumento do governador republicano e de seus seguidores é que os estados e as prefeituras têm sido generosos demais com seus empregados e que os contratos dos sindicatos são a principal causa dos aumentos dos déficits orçamentários. Portanto, seria imperioso reduzir as pensões, os benefícios e os salários dos funcionários do setor público e aprovar leis que diminuam sua «excessiva» influência política.

A aprovação do projeto de lei de Walker foi lograda depois que os senadores democratas realizaram um boicote de três semanas. O chamado «Grupo dos 14» trasladou-se ao estado de Illinois para evitar que o Senado tivesse quórum necessário para a aprovação de um projeto de lei com cláusulas orçamentárias<sup>8</sup>. Com uma maioria de 19 membros em uma câmara de 33, os republicanos precisavam ao menos da presença de um democrata para aprovar seu projeto de lei. Finalmente, os governistas encontraram um artilheiro legislativo para aprovar a norma sem os democratas<sup>9</sup>.

O triunfo político dos conservadores incluiu a atuação da Suprema Corte de Wisconsin, que deu vitória a Walker ao convalidar sua lei contra a negociação coletiva. Em uma decisão dividida desse tribunal, quatro a três, a juíza Shirley Abrahamson criticou a maioria pelo teor de seus argumentos, que qualificou como «claramente falsos, baseados em desinformação», por conta de seus numerosos «erros de direito e de fato». «A maioria – alegou Abrahamson –, sacrificando um raciocínio honesto, nos conduz a um caminho pernicioso

---

7. J. Nichols: «How Scott Walker's Unionbusting Spurred a Popular Uprising» em *The Nation*, 21/3/ 2011, p. 13.

8. O Senado de Wisconsin havia ordenado a detenção dos 14 democratas, que seriam escoltados até o Capitólio e obrigados a formar o quórum necessário para votar a lei proposta por Walker.

9. A lei originalmente incluía provisões para o financiamento de programas defendidos por Walker, mas, para destinar dinheiro público a novos projetos, o Senado do estado necessita a presença de 20 senadores para debater e votar. Por outro lado, se a norma não inclui nenhum financiamento, pode ser aprovada por maioria, e assim foi feito: 18 votos contra um, sem debate e sem os democratas. V. Kenneth Jost: «Public-Employee Unions» em *CQ Researcher* Nº 21, 8/4/2011, pp. 313-336, <<http://library.cqpress.com.vlib.interchange.at/cqresearcher/>>.

(...) que prejudica os direitos do povo»<sup>10</sup>. O resultado dessa decisão foi que 38.000 trabalhadores do estado de Wisconsin perderam virtualmente seu direito à negociação coletiva. A medida também proibiu a dedução automática das cotas sindicais e estipula que os sindicatos, para manter sua certificação, obtenham a aprovação dos afiliados em eleições anuais. Além disso, aumenta significativamente os descontos para as coberturas de saúde e pensão dos funcionários públicos do estado, chegando a cortar cerca de 8% dos salários.

Jane McAlevey, uma experiente ambientalista e ativista sindical, ressalta que isto é «apenas a ponta do iceberg». Têm sido apresentadas leis relativas ao «direito ao trabalho» em 12 estados, além das 22 que já estão em vigor. Essa legislação dificulta a permanência de sindicatos fortes, o que, por sua vez, complica a organização de novos lugares de trabalho, já que existem poucos exemplos positivos para servir de modelos<sup>11</sup>. No mês de março, uma base de dados compilada pela Conferência Nacional de Legislaturas Estaduais (National Conference of State Legislatures) revelou a existência de aproximadamente 300 projetos de lei, apresentados por 37 estados, relativos a temas vinculados com os trabalhadores do setor público<sup>12</sup>. A maioria dos estados permite a negociação coletiva de seus funcionários públicos: em 31 estados, mais o distrito de Columbia, é permitido

**Com a forte queda da sindicalização dos trabalhadores do setor privado, os funcionários públicos constituem aproximadamente a metade dos membros dos sindicatos. No entanto, a proporção total de afiliados – cerca de 37% – permanece sem mudanças nas últimas décadas ■**

negociar salários, horas e condições de trabalho; outros dez estados permitem a negociação somente para alguns temas; e nove estados proíbem a negociação coletiva para todos os funcionários públicos<sup>13</sup>.

Muitos fatores estão em jogo para os 7,6 milhões de funcionários públicos sindicalizados, entre eles os empregados da limpeza, professores de universidades dos estados e cientistas do governo federal. Mas a aposta é ainda maior para o sindicalismo americano em geral. Com a forte queda da sindicalização

10. Matthew Rothschild: «Overcoming Defeat» em *The Progressive* vol. 78 Nº 8, 8/2011, p. 4.

11. Jane McAlevey: «Labor's Last Stand» em *The Nation*, 7/3/2011, p. 22.

12. «Collective Bargaining and Labor Union Legislation», <[www.ncsl.org/default.aspx?TabId=22275](http://www.ncsl.org/default.aspx?TabId=22275)>, citado em K. Jost: ob. cit.

13. «Public Sector Collective Bargaining Laws» em American Federation of State, County and Municipal Employees, <[www.afsme.org/members/11075.cfm](http://www.afsme.org/members/11075.cfm)>.

dos trabalhadores do setor privado, os funcionários públicos constituem aproximadamente a metade dos membros dos sindicatos. No entanto, a proporção total de afiliados – cerca de 37% – permanece sem mudanças nas últimas décadas. Ao reduzir a negociação coletiva dos sindicatos de funcionários públicos, a legislação de Walker ameaça diminuir ainda mais o número de afiliados. Após o governador Mitch Daniels ter feito algo similar em Indiana, eliminando a negociação coletiva dos funcionários do estado, em seis anos o número de afiliados despencou de 16.408 – aproximadamente dois terços dos funcionários públicos de Indiana – para 1.409<sup>14</sup>. Embora a onda antissindical tenha crescido nos últimos anos, esse clima político está longe de ser uma novidade na história dos Estados Unidos.

### ■ Uma longa história de práticas antissindiciais

Os empregados públicos dos EUA se organizaram para defender seus interesses desde o início do século XIX, geralmente enfrentando a resistência de supervisores locais e funcionários públicos superiores. Os sindicatos finalmente ganharam terreno depois da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento do emprego público em escala estadual e municipal e o gradual reconhecimento dos direitos de negociação coletiva por parte dos governos locais e dos estados. Em 1958, o prefeito democrata Robert F. Wagner Jr. – cujo pai promoveu no Senado a Lei Nacional de relações Trabalhistas para o setor privado – concedeu o direito de negociação coletiva aos trabalhadores da cidade de Nova York. Um ano mais tarde, o governador democrata do Wisconsin, Gaylord Nelson, conseguiu a aprovação da primeira lei de negociação coletiva no âmbito estadual.

O presidente John F. Kennedy prosseguiu com a tendência favorável aos servidores públicos em 1962, firmando o decreto do Executivo 10.988 que, explicitamente, garantia aos trabalhadores do governo federal o direito de se organizar e negociar de maneira coletiva, mas excluía a negociação dos salários. Insatisfeitos com algumas restrições, os sindicatos conseguiram mudanças nos decretos assinados por dois presidentes republicanos: Richard M. Nixon, em 1969 e 1971, e Gerald R. Ford, em 1975. Em meados dos anos 70, quase um terço dos trabalhadores do setor público era sindicalizado, em comparação com os 10% da década de 1950. No entanto, quando o estancamento econômico e a recessão atingiram os EUA, o apoio aos sindicatos do setor público

---

14. Doug Erickson: «Union Membership Plunged in Indiana Following Change» em *Wisconsin State Journal*, 11/3/2011, p. A1.

começou a decair e seu avanço se deteve com a impossibilidade de alcançar a aprovação de uma lei federal que assegurasse a negociação coletiva para os empregados do governo em *todos* os níveis<sup>15</sup>.

A ascensão da direita dentro do Partido Republicano coincidiu com o crescimento espetacular do sindicalismo no setor público nas décadas de 1960 e 1970. Para os conservadores, esse tipo de sindicalismo logo se tornaria o responsável por todos os males urbanos e os problemas fiscais que afetaram as cidades americanas durante a crise econômica de 1973-1979<sup>16</sup>. Uma figura fundamental foi o jurista Sylvester Petro, que elaborou uma crítica extrema e surpreendente sobre a sindicalização do setor público em uma época em que os sindicatos municipais de Memphis e Nova York estavam diretamente envolvidos no surgimento do movimento a favor dos direitos civis. Petro descreveu a sindicalização do setor público como uma «ameaça à soberania popular». Sua visão alarmista foi rapidamente adotada pela direita republicana. Alguns de seus argumentos foram utilizados pelo presidente Ronald Reagan contra a emblemática greve dos controladores aéreos. Suas ideias também aparecem nas denúncias atuais dos conservadores que apontam a influência

**As denúncias atuais dos conservadores apontam a influência política exercida pelos sindicatos do setor público, que, segundo seus críticos, sentam-se dos dois lados da mesa de negociações e assim conseguem acordos ilegítimos e corruptos ■**

política exercida pelos sindicatos do setor público, que, segundo seus críticos, sentam-se dos dois lados da mesa de negociações e assim conseguem acordos ilegítimos e corruptos<sup>17</sup>.

Em 1981, a vulnerabilidade dos sindicatos dos funcionários públicos ficou patente na decisão do presidente Reagan de interromper a greve de 12.000 trabalhadores promovida pela Organização Profissional de Controladores do Tráfego Aéreo (Professional Air Traffic Controllers Organization, PATCO). Reagan declarou que a medida de força era ilegal, demitiu os grevistas, contratou outros profissionais e retirou a certificação do sindicato. Seis anos depois, formou-se um novo sindicato, a Associação Nacional de Controladores de Tráfego Aéreo

15. Richard Kearney: *Labor Relations in the Public Sector*, 4ª ed., CRC Press, 2009, pp. 13-21.

16. Nelson Lichtenstein: «The Long History of Labor Bashing» em *The Chronicle of Higher Education* vol. 57 Nº 27, 6/3/2011, <<http://chronicle.com/article/The-Long-History-of-Labor/126555/>>.

17. *Wake Forest Law Review* vol. 10, 1974, p. 134, citado em Dennis Bechara: «Unions and Government Employment» em *The Freeman* vol. 34 Nº 3, 3/1983, <[www.thefreemanonline.org](http://www.thefreemanonline.org)>.

(National Air Traffic Controllers Association, NATCA), cujo estatuto proíbe explicitamente as greves<sup>18</sup>. No entanto, como afirma Joseph A. McCartin, a greve da PATCO teve um impacto ainda mais negativo sobre as relações trabalhistas no setor privado, já que «contribuiu para legitimar a substituição permanente de trabalhadores em greve nos setores de transporte, serviços e indústrias manufatureiras, que desde então praticamente destruíram a greve como recurso dos trabalhadores do setor privado dos EUA»<sup>19</sup>. Por sua vez, os sindicatos do setor público sobreviveram à era Reagan e se beneficiaram com a iniciativa da administração Bill Clinton, que ampliou os direitos de negociação coletiva dos servidores do governo federal em 1993.

A partir de 2001, o presidente George W. Bush lançou uma ofensiva contra os sindicatos, revogando a ordem presidencial de Bill Clinton. Depois dos ataques perpetrados contra o World Trade Center e o Pentágono, em 11 de setembro, a decisão mais importante de Bush em sua luta contra o terrorismo foi a criação do Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security) e, em seguida, a proibição da sindicalização de seus mais de 180.000 empregados<sup>20</sup>. Bush e os advogados do Partido Republicano sustentavam que o presidente precisava de flexibilidade para estruturar o novo departamento. O presidente tentou decididamente limitar a possibilidade de ação dos sindicatos por meio da proibição de greves que afetassem as companhias aéreas, do uso da lei antissindical Taft-Hartley (1947) contra os trabalhadores portuários da Costa Oeste e da privatização de 850.000 empregos federais<sup>21</sup>.

O ataque da administração Bush contra os direitos dos trabalhadores no âmbito do governo federal pressagiu um período de medidas similares que afetaram os sindicatos dos funcionários públicos nos estados. Os governadores republicanos de três deles – Kentucky, Indiana e Missouri – revogaram o direito à negociação coletiva entre 2003 e 2005. Em 2009, com um presidente democrata na Casa Branca, os sindicatos do setor público recuperaram a tranquilidade com respeito às relações trabalhistas. No entanto, um ano mais tarde, o governador republicano de Nova Jersey, Chris Christie, inaugurou outra ofensiva contra os sindicatos do setor público, com a aprovação de uma lei

---

18. V. R. Kearney: op. cit., pp. 250-252.

19. Joseph A. McCartin: «Convenient Scapegoats: Public Workers under Assault» em *Dissent*, primavera de 2011, p. 49.

20. Thomas Geoghegan: *Which Side Are You On? Trying to Be for Labor When It's Flat on Its Back*, New Press, Nova York-Londres, 2004, p. 344.

21. Lee Sustar: «The New Employers' Offensive: Labor's War at Home» em *International Socialist Review* Nº 28, 3-4/2003, < [www.isreview.org/issues/28/labors\\_war.shtml](http://www.isreview.org/issues/28/labors_war.shtml)>.



que exige que os professores paguem até 1,5% de seu salário como cobertura de saúde. Christie também assinou uma norma que limita a 2% os aumentos salariais dos policiais e bombeiros do estado<sup>22</sup>.

Daniel DiSalvo, professor de Ciência Política da City College de Nova York, analisa as mudanças que geradas no cenário político americano a partir das vitórias do Partido Republicano nas eleições legislativas de 2010: «Os democratas agora devem adotar o papel ‘conservador’ e tentar bloquear, diluir ou restringir as iniciativas republicanas».

**Hoje, o Partido Republicano conta com a maioria mais ampla na Câmara de Deputados em mais de 60 anos, e também com o número mais elevado de legisladores estaduais desde a década de 1920 ■**

Segundo DiSalvo, as eleições foram um referendo nacional que resultou em um chamado aos republicanos para que «dessem um jeito nas coisas». Hoje, o Partido Republicano conta com a maioria mais ampla na Câmara de Deputados em mais de 60 anos, e também com o número mais elevado de legisladores estaduais desde a década de

1920<sup>23</sup>. Não resta dúvidas de que os conservadores são os que estão buscando maneiras de reduzir os déficits dos governos estaduais, fazê-los funcionar de forma mais eficiente e colocá-los de acordo com a realidade fiscal. Definitivamente, estão dando as cartas da agenda política. Porém, qual é o custo?

A chamada «batalha de Wisconsin» foi uma esforço bem orquestrado pelos republicanos para eliminar os sindicatos como força efetiva nos EUA. Os cortes não eram o principal objetivo. Por motivos políticos e econômicos, a meta era destruir os sindicatos. Politicamente, isto significava destruir uma instituição que apoia não apenas o Partido Democrata, mas também outras agrupações progressistas. Economicamente, a intenção era reduzir os salários. Além disso, a medida ajudava a tirar recursos do setor público para destiná-los a contratistas privados e, desse modo, eliminar obstáculos à agenda de privatização. Até o golpe sofrido pelos democratas em novembro de 2010, a capacidade dos sindicatos de levar votos ao Partido Democrata aumentava a cada eleição. O voto dos trabalhadores sindicalizados nos democratas cresceu de 54% em 1992 para 59% em 1996. Atingiu 64% em 2006 e 2008, para em seguida cair ao patamar de 60% em 2010. A sindicalização, apesar de sua queda

---

22. Ginger Gibson: «Christie Puts Pen to Pay Limits» em *The Times* (Trenton), 22/12/2010, p. A1.  
23. D. DiSalvo: «The Reformist Right and the Reactionary Left» em *Commentary*, 4/2011, pp. 13-14.

estrepitosa, continua conferindo aos democratas cinco milhões de votos que eles não teriam conseguido sem o apoio dos sindicatos.<sup>24</sup>

Além disso, os sindicatos funcionam como o contrapeso necessário para as pressões das elites que tentam desregular, privatizar e reduzir os benefícios sociais. No entanto, as maiorias republicanas eleitas em 2010, juntamente com os eleitores preocupados com a recessão que buscam bodes expiatórios, tendem a ver os sindicatos como meros grupos de interesse. A esse respeito, Leo Gerard, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Aço (United Steel Workers, usw), afirma: «O movimento operário deve fazer as coisas melhor e explicar ao público em geral que não somos o que mostra a Fox News. Somos uma voz não apenas para a classe média que está representada, mas também para a classe média em geral»<sup>25</sup>. Embora os grupos conservadores tenham utilizado todos os seus recursos para culpar os sindicatos por muitos males que afetam os EUA, a AFL-CIO e seus líderes não fizeram muito para melhorar sua reputação como agentes de mudança social e política.

### ■ A crise da AFL-CIO

Repassemos primeiro a história da AFL e do CIO. Após a eleição de 1952, os líderes de ambas organizações tinham sérias preocupações: os republicanos haviam chegado ao poder depois de 20 anos, os direitos trabalhistas estavam sendo debilitados e a organização dos operários no sul dos EUA havia fracassado. Além disso, existiam profundas rivalidades pessoais entre os líderes e as federações, e os sindicatos brigavam entre si. No entanto, em 1955, depois de uma depuração massiva dos sindicatos de esquerda incentivada pelo novo clima político da Guerra Fria, a AFL e o CIO se fundiram com a esperança de «fortalecer o movimento». Quarenta anos mais tarde, os velhos problemas continuavam vigentes e a confederação estava profundamente dividida. Em boa medida, a união entre a AFL e o CIO criou uma federação mais fraca, que marcou, ao mesmo tempo, o apogeu do sindicalismo americano no pós-guerra e o começo de seu colapso.

Nos últimos 25 anos, para deter a perda de influência econômica e política, a AFL-CIO procurou tomar um novo caminho em duas oportunidades. Em 1995, os ventos da mudança pareciam ter chegado, quando John Sweeny, a

---

24. Robert Kuttner: «Champions of the Middle Class: Can Organized Labor Lead a Movement to Restore Broad Economic Security? It's Hard to Imagine Who Else Will» em *The American Prospect*, 3/2011, p. A11.

25. *Ibid.*

cargo do Sindicato Internacional de Empregados de Serviços (Service Employees International Union, SEIU) foi eleito presidente da federação. O slogan da campanha de Sweeny foi: «Uma nova voz para o sindicalismo americano». Em sua lista figuravam Richard Trumka, da União de Mineiros, um conhecido militante sindical, e Linda Chávez-Thompson, uma combativa representante da mulher e das minorias étnicas. Joel Kotkin garantia que Sweeny «não era um sindicalista cujos interesses se limitassem às necessidades básicas dos associados, ao melhor estilo de George Meany», e sim um «partidário do socialismo democrático ao estilo europeu»<sup>26</sup>. Sua ascensão representou uma mudança de poder importante dentro do sindicato. No início da década

**No início da década de 1970, os tradicionais sindicatos industriais, que surgiram na vanguarda do movimento sindical da década de 1930, começaram a decair ■**

de 1970, os tradicionais sindicatos industriais, que surgiram na vanguarda do movimento sindical da década de 1930, começaram a decair. Por sua vez, o número de membros da Federação Americana de Empregados dos Estados, Condados e Municípios (American Federation of State, County and Municipal Employees, AFSCME) aumentou de 250 mil em 1975 a 1,2 milhões em 1999<sup>27</sup>. A crise econômica

de 1973 marcou o princípio da «dessindicalização» da população ativa americana e da substituição do trabalho industrial pelo trabalho na área de informação e serviços.

Em 2005, dez anos mais tarde, apesar de várias iniciativas da AFL-CIO, a representação sindical continuou caindo em relação à porcentagem da força de trabalho. Finalmente, a frustração, a ambição pessoal e o desespero representaram um desafio à presidência de Sweeny, primeiro no SEIU, seu próprio sindicato, e depois em outras agrupações grandes, que finalmente formaram a federação Mudança para Ganhar (Change to Win, CTW). Quando sete sindicatos internacionais deixaram a AFL-CIO, em setembro de 2005, para construir uma federação rival e promover campanhas de organização massivas<sup>28</sup>, a decisão dos dissidentes recebeu ampla cobertura dos meios de comunicação; alguns chegaram a estabelecer semelhanças em relação ao CIO e sua bem-sucedida sindicalização dos operários industriais na década de 1930.

---

26. Joel Kotkin: «The New Left Takes Over American Unions» em *The American Enterprise On Line. Politics, Business, and Culture*, 4/8/1999, <[www.theamericanenterprise.org/taemj97b.htm](http://www.theamericanenterprise.org/taemj97b.htm)>.

27. Ibid.

28. A central tem também afiliados no Canadá.

O principal arquiteto da nova federação foi Andy Stern, presidente do SEIU, o sindicato do setor privado que mais cresceu nas últimas décadas. Depois de criticar os líderes da AFL-CIO pelo fraco desempenho das campanhas de sindicalização, Stern apresentou seu plano de construção de um novo movimento operário. No entanto, a CTW enfrentou muitas dificuldades por não contar com trabalhadores em setores-chave, entre eles comunicação, maquinistas, professores e funcionários públicos. Em suma, não tinha nem a habilidade nem os recursos para organizar os trabalhadores. Quando Stern finalmente renunciou à presidência do SEIU, em 13 de abril de 2010, a CTW perdeu seu protagonista. Atualmente, restam apenas quatro sindicatos dentro da organização rival da SEIU: os empregados de serviços (SEIU), os caminhoneiros (International Brotherhood of Teamsters, IBT), os trabalhadores dos setores de alimentos e comércio (United Food and Commercial Workers International Union, UFCW) e os trabalhadores agrícolas (United Farm Workers of America, UFWA), que representam menos de 5 milhões de pessoas, contra 14,7 milhões de associados da AFL-CIO.

A divisão da AFL-CIO não provocou nenhuma mudança positiva no sindicalismo americano. Bill Fletcher J., co-fundador do Centro de Renovação do Trabalho (Center for Labor Renewal), argumenta que «as grandes perguntas sobre a economia global, a evolução da estrutura política dos EUA e a natureza mutável da força de trabalho quase sempre têm sido ignoradas. As discussões não apenas ignoraram esses temas-chave, mas também as pessoas que mais se importam com eles: os membros dos sindicatos»<sup>29</sup>. Muitos líderes sindicais têm questionado o enfoque tático e os motivos que levaram à ruptura. Cada estado da União, incluindo o estado livre associado de Porto Rico, tem uma federação de trabalhadores em âmbito estadual, ou seja, uma instituição que representa os sindicatos que integram a AFL-CIO. Além disso, centenas de cidades contam com Conselhos Centrais de Trabalhadores (Central Labor Councils), nos quais os sindicatos afiliados à AFL-CIO podem participar. Essas instituições existem sobretudo para facilitar a coordenação, em particular em temas vinculados com a política, a legislação e o apoio mútuo. Em relação à liderança nacional e internacional dos sindicatos, as implicâncias da divisão para as federações e dos estados e os conselhos centrais dos trabalhadores foram significativas.

---

29. Bill Fletcher Jr. e Fernando Gapasin: *Solidarity Divided. The Crisis in Organized Labor and a New Path Toward Social Justice*, University of California Press, Berkeley-Los Angeles-Londres, 2008, p. xi.

Embora houvesse uma crise, muitos não conseguiram entender a decisão de abandonar a AFL-CIO, já que não foi realizada uma consulta prévia às bases. Cinco anos mais tarde, não se constata a renovação prometida nem um debate substancial em torno do rumo do movimento sindical. Segundo Fletcher, foram duas as motivações da divisão. Em primeiro lugar, dinheiro: alguns sindicatos estavam tentando reduzir os custos, deixando de pagar suas cotas à AFL-CIO. Em segundo lugar, o isolamento com relação à globalização: os sindicatos que comandam um setor da força de trabalho menos desafiada pela globalização contra aqueles mais diretamente afetados. Os sindicatos que permaneceram dentro da AFL-CIO constituem uma combinação entre os que são diretamente afetados – como os trabalhadores do aço (USWA) –, e os que não são, especialmente o sindicato da construção. Ao mesmo tempo, a federação CTW inclui sindicatos relativamente livres da ameaça da globalização<sup>30</sup>.

#### ■ O futuro do sindicalismo nos EUA

A chamada «revolta» de Wisconsin parece ter deixado algumas lições. A boa notícia é que segmentos do sindicalismo e seus aliados se mobilizaram para deter a investida dos republicanos. A má notícia é que a resistência não foi suficiente. Os líderes sindicais precisam promover uma nova visão do serviço público que considere os sindicatos como guardiões do interesse público e não somente dos interesses de seus membros. Isto implica uma nova visão do sindicalismo para a justiça social, que defenda os espaços e os valores públicos revitalizando o movimento dos trabalhadores americanos em geral. Não foram apenas os sindicatos que lutaram contra os ataques do governador Walker. Os trabalhadores puderam demonstrar que o ataque era contra os direitos democráticos e que outros setores também deviam se mobilizar. Wisconsin não foi simplesmente uma grande manifestação: as pessoas permaneceram nas ruas. Walker não havia antecipado isso.

Além da participação na política eleitoral, os trabalhadores não deveriam se esquecer da importância das manifestações, dos piquetes e dos boicotes aos produtos relacionados com patrocinadores reacionários. Os bombeiros de Wisconsin deram uma grande lição: retiraram seu dinheiro dos bancos que apoiavam abertamente a proposta antissindical de Walker. A combinação entre ativismo eleitoral e não eleitoral é crucial para exercer pressão política. Os legisladores democratas de Wisconsin que abandonaram o estado

---

30. Ibid., p. 166.

provavelmente nunca teriam feito isso se não fosse pelas mobilizações massivas, mas, ao mesmo tempo, suas ações contribuíram para alentar essas mobilizações<sup>31</sup>.

«Nunca deixe que uma crise seja desperdiçada», costumava dizer Rahm Emanuel, hoje prefeito de Chicago e ex-chefe de gabinete de Barack Obama.<sup>32</sup> Os governadores republicanos de Nova Jersey, Ohio e Wisconsin levaram a sério o conselho: aproveitando os sérios déficits dos estados, desferiram um golpe certo nos sindicatos do setor público. Com menos de 7% da força de trabalho sindicalizada, os empregados do setor privado perderam seu peso político para melhorar salários e benefícios para além de suas fileiras. Como consequência, os sindicatos do setor público são atualmente os únicos com possibilidade de defender e melhorar o padrão de vida de todos os trabalhadores, públicos e privados. Fletcher Jr. e Fernando Gaspasin, líderes do Council for Labor Renewal, afirmam que «a classe trabalhadora está dividida e deve se unir, mas a unidade não pode se basear apenas em demandas econômicas compartilhadas; ela deve reunir as pessoas na luta por uma democracia consistente»<sup>33</sup>. Agora, é a vez de o sindicalismo «não desperdiçar», uma vez mais, a atual crise dos EUA. ☒

---

31. B. Fletcher Jr.: «Going Beyond Wisconsin: Thinking About Strategy Months Later» em *The Progressive*, 23/6/2011, <[www.laprogressive.com/rankism/labor-social-justice/beyond-wisconsin/](http://www.laprogressive.com/rankism/labor-social-justice/beyond-wisconsin/)>.

32. Citado em N. Lichtenstein: op. cit.

33. B. Fletcher Jr. e F. Gaspasin: «A Need for Social Justice Unionism» em *Social Policy*, primavera de 2011, p. 26.